

CEACA	03.528.011/0001-37	R\$ 100.000,00	GND 3
IDEPS	29.768.758/0001-56	R\$ 200.000,00	GND 3
TOTAL		R\$ 500.000,00	

Art. 1º. Aprovar o Parecer **n.013/2024** - referente a equiparação dos Valores repassados por meta pactuada por meio de Termo de Colaboração com a Associação Brasileira Assistencial - ABA Unidade I na Modalidade Acolhimento Institucional em Residência Inclusiva.

Art. 2º. Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 02 de maio de 2024.

Cons.ª Márcia da Silva Reis
Presidente do CMAS

DELIBERAÇÃO CMAS CAMPO GRANDE/MS N. 039/2024

APROVA EQUIPARAÇÃO DOS VALORES REPASSADOS POR META PACTUADA POR MEIO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ASSISTENCIAL - ABA UNIDADE I NA MODALIDADE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA.

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso X do artigo 3º, da Lei Municipal n. 3.108 de 20 de dezembro de 1994, e consubstanciada na aprovação da plenária da **538ª Sessão Extraordinária em 02 de maio de 2024.**

Considerando o **Ofício N. 2495/SGSUAS/SAS/2024**, onde encaminha a equiparação dos Valores repassados por meta pactuada por meio de Termo de Colaboração com a Associação Brasileira Assistencial - ABA Unidade I na Modalidade Acolhimento Institucional em Residência Inclusiva.

Considerando o Relatório Parecer **n.013/2024** da Comissão de Acompanhamento da Política e Financiamento de Assistência Social- COFIAS do CMAS;

DELIBERA:

Anexo Único da Deliberação CMAS Campo Grande/MS N. 039/2024

DESCRIÇÃO	QUANT. META	VALOR DA META	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL (Maio a Dezembro)
OSC ABA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ASSISTENCIAL	10	R\$ 1.900,00	R\$ 19.000,00	R\$ 152.000,00
			TOTAL	R\$ 152.000,00

PARTE IV PUBLICAÇÕES A PEDIDO



Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores em milhares de R\$	2023			2022		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
Ativo Circulante	61.932	15,3	+40,4	44.125	11,4	-7,8
Disponível (5)	14.423	23,3	+52,4	9.463	21,4	-35,4
Clientes (6)	28.321	45,7	+40,4	20.178	45,7	+20,8
Outros créditos (7)	4.920	7,9	+67,6	2.936	6,7	-9,6
Arrendamento	0,6	0,001	-99,1	68	0,2	+19,4
Estoques (8)	13.593	21,9	+25,2	10.860	24,6	-16,0
Despesas exercício seguinte	676	1,1	+9,0	620	1,4	+116,2
Ativo não circulante	316.850	78,2	-1,2	320.655	82,8	-0,7
Bloqueio / Depósitos Judiciais (10)	6.255	2,0	+19,3	5.245	1,6	+47,4
Cotas de Capital (11)	137	0,04	+12,2	122	0,04	+14,0
Permanente (9)	310.458	98,0	-1,5	315.288	98,3	-1,2
Conta de Compensação (12)	26.369	6,5	+16,1	22.702	5,9	+8,1
TOTAL ATIVO	405.151	100,0	+4,6	387.483	100,0	-1,1

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores em milhares de R\$	2023			2022		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
Passivo Circulante	203.892	50,3	-14,5	238.403	61,5	+4,2
Empréstimos e Financiamentos (13)	25.879	12,7	-49,5	51.211	21,5	+18,3
Fornecedores (14)	65.674	32,2	+6,3	61.801	22,2	+4,8
Obrigações pessoal (Salário+Provisões) (15)	41.536	20,4	+14,8	36.187	13,0	+7,9
Obrigações fiscais (16)	64.923	31,8	-22,4	73.707	30,1	-5,0
Outras obrigações (17)	5.879	2,9	+7,0	5.496	2,0	+13,5
Passivo não circulante	351.899	86,9	+6,3	330.896	85,4	+36,1
Empréstimos e Financiamentos (13)	141.058	40,1	-0,3	141.465	42,8	+5,1
Prov.Cíveis/Fornecedores/Parc. (19)	9.732	2,8	-4,3	10.168	3,5	-25,2
Impostos Parcelados (18)	201.108	57,1	+12,2	179.263	61,6	+88,8
Patrimônio Líquido	-177.006	-43,7	-13,5	-204.517	-52,8	+102,2
Patrimônio Social / Reserv. Avaliação	241.888	-136,7	-1,5	245.696	-120,1	-1,5
Déficit Acumulado	-446.405	252,2	+28,7	-346.826	169,6	+31,2
Superávit/Déficit do Exercício (22)	27.510	-15,5	-126,7	-103.386	50,6	+19,7
Conta de Compensação (12)	26.369	6,5	+16,1	22.702	5,9	+8,1
TOTAL PASSIVO + PL	405.151	100,0	+4,6	387.483	100,0	-1,1

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores em milhares de R\$	2023			2022		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
Receita SUS (25)	439.377	91,0	+28,3	342.352	89,5	+4,7
Incentivos	298.107	67,8	+33,4	223.522	65,3	+1,1
Produção Média Complexidade	61.885	14,1	+4,7	59.107	17,3	+1,4
Produção Alta Complexidade	43.951	10,0	+2,9	42.694	12,5	+3,7
Produção FAEC (Extra Teto)	35.434	8,1	+108,1	17.028	5,0	+168,3
Receita Privada (26)	32.217	6,7	+29,3	24.924	6,5	+42,3
Convênios (Com desconto de Glosa)	22.948	71,2	+43,6	15.980	64,1	+26,8
Particular	9.269	28,8	+3,6	8.945	35,9	+82,0
Demais Receitas	11.062	2,3	-28,0	15.355	4,0	-25,0
Doações/Cursos/Conv. Escolas (33)	7.230	65,8	-46,0	13.390	87,2	-29,3
Locações e Demais Receitas	1.723	15,4	-12,3	1.964	12,8	+26,5
Venda de Potencial Construtivo	2.107	18,8	+100,0	0	0	0
RECEITA OPERACIONAL	482.655	99,4	+26,1	382.631	98,9	+4,9
Receitas Diversas (31)	2.959	0,6	-33,1	4.423	1,1	-35,7
Receitas financeiras	2.959	100,0	-31,6	4.326	97,8	+60,6
Receitas Equivalência Patrimonial	0	0	-100,0	96	2,2	-95,0
TOTAL RECEITA	485.614	100,0	+25,5	387.054	100,0	+4,1

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Valores em milhares de R\$	2023			2022		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
Folha Pgtto (27)	342.879	72,6	+17,6	291.522	71,0	+8,0
Pessoal CLT (salário + encargos + Prov)	177.690	51,8	+20,9	147.014	50,4	+2,9
Médicos (Autônomos + PJ + CLT)	165.189	48,2	+14,3	144.508	49,6	+13,8
Serviços Terceiros (28)	19.826	4,2	+56,1	12.702	3,1	-39,1
Auditoria / Consultoria	449	2,3	-4,1	468	3,7	-5,6
Serviços Terceiros	19.377	97,7	+58,4	12.233	96,3	-39,9
Gerais (29)	12.788	2,7	-17,1	15.432	3,8	+176,8
Água / Luz / Telefone	9.119	71,3	+18,4	7.701	49,9	-0,4
Reversão Provisão Contingencial	-721	-5,6	-69,5	-2.369	-15,4	-52,2
PCLD – Estoques/Convenio/Glosa	665	5,2	-52,6	1.402	9,1	-276,7
Gerais	3.726	29,1	-57,2	8.698	56,4	+141,8
Estoque (30)	96.819	20,5	+6,4	90.984	22,2	+0,6
Materiais / Medicamentos / Prótese	76.652	79,2	+7,0	71.651	78,8	-3,6
Gerais / Inventário	20.167	20,8	+4,3	19.333	21,2	+19,5
DESPESA OPERACIONAL	472.312	103,3	+15,0	410.639	83,7	+6,3
Despesas	-14.208	-3,1	-117,8	79.801	16,3	+11,3
Despesas financeiras (32)	46.501	-327,3	-33,1	69.482	87,1	+12,1
Depreciação	11.697	-82,3	+13,4	10.319	12,9	+6,4
Reversão Juros/Multa/Enc. (Parc. PGFN) (36)	-64.789	456,0	+100,0	0	0	0
Reversão PCLD – Convenio/Glosa	-8.549	60,2	+100,0	0	0	0
Despesa de Equivalência Patrimonial	932	2,0	+100,0	0	0	0
TOTAL DESPESA	458.105	100,0	-6,6	490.440	100,0	+7,1
RESULTADO	27.510	5,7	-126,6	-103.386	-26,7	+19,2

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO DIRETO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Valores em milhares de R\$	FLUXO DE CAIXA		
	2023	2022	AH %
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	23.379	19.438	+20
(+) Recebimento Juros Aplic. Financieras	1.350	1.746	-23
(+) Outros Recebimentos Operacionais	470.739	396.336	+18
(-) Pgtto Fornecedores/Prest. Serv. Saúde	79.098	67.435	+17
(-) Pgtto de Pessoal	220.402	175.452	+26
(-) Pgtto Serv. Terceiros	21.985	24.086	-9
(-) Pgtto de Tributos	5.040	22.165	-77
(-) Pgtto Contingenciais (Trab. e Cíveis)	3.214	1.508	+113
(-) Pgtto de Aluguel	0	0	0
(-) Aplicações Financeiras	14.391	21.798	-34
(-) Outros Pagamentos Operacionais	124.732	106.924	+17
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	26.606	(1.848)	-1540
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo imobilizado	8.799	0	100
(=) Caixa Líquido das Atividades Investimento	0	0	0
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+) Recebimento – Empréstimos e Financiamentos	0	40.000	-100
(+) Outros Recebimentos Atividade Financiamento	19.216	18.075	+6
(-) Pagamento de Juros – Emp. Financiamento	36.765	21.288	+73
(-) Pgtto de Amortização – Emp./Financ./Leasing	0	0	0
(-) Outros Pagamentos Atividade Financiamento	14.042	35.904	-61
(=) Caixa Líquido das Atividades Financiamento	-31.591	883	-3678
Aumento/Diminuição Disponibilidades Caixa	3.814	-965	-495
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA			
Caixa – Saldo Inicial	9.463	14.652	-35
Caixa – Saldo Final	14.422	9.463	+52
Aumento/Diminuição Aplic. Financ – Recursos Livres	4.959	-5.189	-196

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Reserva de Investimentos	Reserva de Reavaliação	Déficits Acumulados	Total
Valores em R\$ mil						
Em 01 de Janeiro de 2022	2.372	-	-	247.139	(350.640)	(101.129)
● Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
● Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
● Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(3.815)	3.815	-
● Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
● Superávit/Déficit do exercício	-	-	-	-	(103.386)	(103.386)
Em 31 de Dezembro de 2022	2.372	-	-	243.324	(450.211)	(204.517)
● Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
● Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
● Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(3.808)	3.808	-
● Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
● Superávit/Déficit do exercício	-	-	-	-	27.510	27.510
Em 31 de Dezembro de 2023	2.372	-	-	239.516	(418.893)	(177.006)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**DRA – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES**

Valores em R\$ mil

2023

2022

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2023	2022
Resultado Líquido do Período	27.510	-103.386
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	0	0
Variação de Reserva de Reavaliação	3.808	3.815
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0
(+/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas (quando reconhecidas pela Equivalência Patrimonial)		
Aumento/Diminuição Aplic. Financ. – Recursos Livres	31.318	-99.571

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, entidade mantenedora e administradora do Hospital de Caridade “Santa Casa”, instituição de direito privado, com fins filantrópicos, de educação e assistência social, fundada em 03 de junho de 1.919, reconhecida como utilidade pública municipal pela lei nº. 650 de 26 de novembro de 1959, utilidade pública estadual pela lei nº 1227 de 25 de julho de 1959 e utilidade pública federal pela lei nº. 62.252 de 14 de fevereiro de 1968, detentora do CNAS – Certificado Nacional Assistência Social, tem como missão prover assistência à saúde por meio de uma gestão que garanta filantropia com sustentabilidade, aprimorando a qualidade e o ensino.

Tem seus valores definidos em: dedicação com as pessoas, comprometimento, ética nas atitudes, transparência nos processos, ousadia nas decisões, equidade e altruísmo.

Sua visão é ser referência nacional em gestão hospitalar, atuando com filantropia auto sustentável, ser reconhecido pela humanização, segurança e qualidade assistencial, ser um dos principais hospitais de referência em alta complexidade da região centro-oeste, ser referência no estado do MS em serviços diagnósticos e terapêuticos de alta tecnologia, ser um centro formador de profissionais técnicos na área de saúde, ser referência em qualificação profissional, gerando e disseminando conhecimento.

A Santa Casa possui sua unidade hospitalar em Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul prestando serviços de reconhecida relevância, sendo essencial para a comunidade e até mesmo para o poder público pois fornece serviços especializados, atendendo não só a capital, como os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, seus vizinhos e até mesmo outros países.

Em 02 de janeiro de 2023, tomou posse a nova diretoria eleita para o triênio 2023/2024/2025, composta: Presidente: Alir Terra Lima, Vice-presidente Jary de Carvalho e Castro, Diretor-Secretário: Heitor Miguel Scheibeler, Diretor-Secretário Adjunto: Ivan Araújo Brandão, Diretor Financeiro: João Nelson Lyrio, Diretor Financeiro Adjunto: Marcos Alceu da Silva Villalba.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia.

As alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/08, tiveram como principal impacto nas respectivas demonstrações contábeis:

- A substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa;

- ii) Obrigatoriedade de a Entidade analisar periodicamente a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (impairment);
- iii) Eliminação do subgrupo “Resultados não operacionais”, na demonstração de resultado do período.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a) Base de Preparação

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas adotadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e respectivas alterações introduzidas na referida Lei, do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002 e das demais normas, da Resolução CFC. 926/2001 que alterou a Resolução CFC 877/2000 e pela resolução 966/2003 que aprovou a NBC T 10.19 a Resolução CFC N.º 1.330/11 que aprovou a ITG 2000 – Escrituração Contábil, a Resolução nº 1409 de 21 de setembro de 2012 que aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, e das normas complementares, com interpretações e comunicados técnicos vigente, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e de Interesse Social, que dispõe sobre o conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis, atendendo em alguns aspectos operacionais e contábeis as determinações exaradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS - MDS. Resolução CFC n.º 926/01.

b) Base para Avaliação e Moeda Funcional

As principais práticas contábeis adotadas estão em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, em especial, pelas normas que regem as entidades de caráter educacional e assistencial. Obedecem ao disposto na Resolução CFC 1.282/10 que atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC 750/93, utilizando, indistinta e contemporaneamente, todos os princípios ali exarados, tendo o exercício social a duração de um ano e coincide com o ano civil. Com o advento da Lei 9249/95, as demonstrações contábeis a partir de 1996, não contemplam mais o reconhecimento dos efeitos inflacionários. Para fins de comparabilidade, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2022.

O regime de apuração do resultado das atividades é o de competência.

4. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os direitos e obrigações da entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais, através de títulos de créditos, documentos contábeis e instrumentos contratuais legais e usuais, o Ativo Realizável e o Passivo Exigível estão apresentados em prazo inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, como circulante.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo. Os saldos bancários e as aplicações de liquidez imediata são mantidos em instituições financeiras no País, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As aplicações financeiras são representadas por títulos vinculados ao mercado financeiro e estão demonstradas pelo valor da aquisição, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, em conformidade com seu Estatuto Social, atendendo sua finalidade principal – a Filantropia/Beneficência.

Valores em R\$ mil

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.023	2.022
CAIXA	15.954	31.981
BANCO CONTA MOVIMENTO	15.487	32.858
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14.391.063	9.398.271
Total ==>	14.422.504	9.463.110

6. CLIENTES

São registrados nesta conta os créditos oriundos de prestação de serviço hospitalar com convênios, particulares e SUS - Sistema Único de Saúde.

Valores em R\$ mil

CLIENTES A RECEBER	2.023	2.022
CONVENIOS A RECEBER	6.355.643	11.343.094
RECURSO DE GLOSA	5.833.210	5.399.008
(-) VALORES EM TRANSITO CONVÊNIO	(2.773.486)	(1.243.862)
(-) PROVISAO PERDA SOBRE CRÉDITOS-CONVÊNIOS	(5.482.638)	(5.052.750)
(-) PROVISAO PERDA SOBRE CRÉDITO-GLOSA	(491.820)	(8.885.110)
SUS A RECEBR	24.263.515	17.599.006
(-) VALORES EM TRANSITO SUS	(1.165)	(1.165)
CLIENTES A RECEBR	1.755.139	2.202.695
FUNCIONARIO A RECEBER	220.965	175.716
(-) PCLD CLIENTES A RECEBER	(1.358.348)	(1.358.348)
Total ==>	28.321.013	20.178.284

7. OUTROS CRÉDITOS

Encontram-se registrados nesse grupo, títulos a receber oriundos de operações com cartão de crédito e recebimentos em cheques pré-datados e arrendamentos.

Valores em R\$ mil

BENS E TITULOS A RECEBER	2.023	2.022
NOTAS PROMISSORIAS	46.387	46.387
CHEQUES A RECEBER	87.163	265.233
OUTROS TITULOS A RECEBER	446.046	276.286
(-) PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CREDITOS	(133.549)	(311.620)
ADIANTAMENTO A FUNCIONARIOS	1.106.231	987.369
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	1.078.180	67.878
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	2.289.154	1.604.473
Total ==>	4.919.611	2.936.006

8. ESTOQUES

Os estoques são representados basicamente por materiais de uso hospitalar, medicamentos e drogas, e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, inferiores aos custos de reposição e aos valores de realização.

Os estoques obsoletos são registrados em conta especifica, que são os produtos que estão a mais de 12 meses sem movimentação, conforme preconiza o CPC 16.

São também registrados nesse grupo o empréstimo (concedido) de medicamentos realizado entre as unidades de saúde de Campo Grande, para atender as urgências e emergências das outras instituições.

Valores em R\$ mil

ESTOQUES	2.023	2.022
ALMOX. PATRIMONIO	2.333.915,12	156.148,04
ALMOXARIFADO FARMACIA	4.525.899,96	3.942.898,00
ALMOXARIFADO ALIMENTICIO	279.356,63	287.119,81
ALMOXARIFADO MANIPULAÇÃO	346.634,00	486.842,98
ALMOXARIFADO OPMES	766.077,03	705.502,58
ALMOXARIFADO GRAFICA	5.360,14	3.686,56
ALMOXARIFADO BANCO DE OLHOS	80.429,58	186.723,18
ALMOXARIFADO BANCO DE SANGUE	0,06	0,26
ALMOXARIFADO LIMPEZA	-	11.554,99
ALMOXARIFADO NUTRICAÇÃO ENTERAL	171.444,13	157.362,86
ALMOXARIFADO UNIDADES	193.677,37	187.190,07
ALMOXARIFADO MANUTENÇÃO	290.757,46	124.697,82
ALMOXARIFADO LACTARIO	43.078,74	68.467,06
ALMOXARIFADO PARENTERAL	43.790,67	42.216,23
ALMOXARIFADO CENTRO CIRURGICO	374.415,86	300.536,65
ALMOXARIFADO CENTRAL MATERIAL ESTERILZ	112.885,99	12.818,79
ALMOXARIFADO MATERIAL E MEDICAMENTO	1.400.008,51	1.731.225,28
ALMOX. LAVANDERIA	287.505,45	256.730,25
ALMOX. SESMT	54.513,88	83.983,15
ALMOX. ENGENHARIA CLINICA	452.589,05	245.829,38
Total ==>	11.762.340	8.991.534

ESTOQUES	2.023	2.022
EMPRESTIMO CONCEDIDO	2.133.071	2.091.083
(-)ESTOQUE OBSOLETOS	(302.465)	(222.651)
Total ==>	1.830.606	1.868.432

TOTAL GERAL	13.592.946	10.859.966
-------------	------------	------------

9. PERMANENTE

O ativo permanente de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, tendo sua depreciação ou amortização calculadas pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil do bem.

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, deduzido pela depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela dedução entre os recursos advindos da venda e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos o valor líquido dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Valores em R\$ mil

IMOBILIZADO	2.022		2.023				
	SDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES / REAVALIAÇÕES	BAIXAS	EST. BAIXAS	DEP. ACUM	SDO ATUAL	Tx Dep
EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS AMB. MATO GROSSO	1.105.028	-	-	-	(24.907)	1.080.121	0%
TERRENOS	351.466	-	-	-	-	351.466	0%
INSTALACOES	20.450	-	-	-	(12.707)	7.743	0%
EQUIPAMENTOS ELETROMEDICOS	23.599.624	6.067.495	(3.707.545)	35.949	(4.506.583)	21.488.940	7%
EQUIPAMENTOS DE APOIO	222.682	159.708	-	302	(35.497)	347.195	0%
EQUIPAMENTOS DE INFRA ESTRUTURA	1.344	9.195	-	-	(338)	10.201	0%
EQUIPAMENTOS GERAIS	4.801.055	272.856	(82.638)	1.361	(966.104)	4.026.530	1%
INSTRUMENTAL	2.330.465	480.247	(0,05)	-	(663.270)	2.147.442	1%
MAQ/EQUIPAMENTOS ELETR PROC DADOS	764.418	1.206.948	(27.497)	80.142	(826.647)	1.197.363	0%
MOVEIS E UTENSILIOS	4.515.779	653.565	(3.565)	41.308	(1.013.927)	4.193.161	1%
VEICULOS	337.377	-	-	-	(87.608)	249.769	0%
CHACARA SANTO ANTONIO	1.021.463	-	-	-	(9.575)	1.011.887	0%
COMPLEXO AVENIDA MATO GROSSO	85.848.353	-	-	-	(671.288)	85.177.065	28%
COMPLEXO EDUARDO SANTOS PEREIRA	171.558.595	-	-	-	(2.585.861)	168.972.734	56%
COLEGIO OSVALDO CRUZ	10.028.802	-	-	-	(144.676)	9.884.126	3%
IMOVEL 13 DE MAIO	1.938.342	-	-	-	-	1.938.342	1%
SOFTWARE	188.677	-	-	-	(95.386)	93.291	0%
Total ==>	308.633.918	8.850.014	(3.821.244)	159.061	(11.644.374)	302.177.375	
Imóveis em Construção	2.022					2.023	
	SDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	DEP. ACUM	SDO ATUAL	
REFORMA OSVALDO CRUZ	2.103.277	2.557.982	-	-	-	4.661.259	
REFORMA DO SETOR DE BANCO DE LEITE	6.700	-	-	-	-	6.700	
REFORMA PRONTOMED	39.236	-	-	-	-	39.236	
Total ==>	2.149.213	2.557.981	-	-	-	4.707.195	
Participação em outras empresas	2.022					2.023	
	SDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	DEP. ACUM	SDO ATUAL	
PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS	625.889	-	-	-	-	625.889	
Total ==>	625.889	-	-	-	-	625.889	
Total Geral ==>	311.409.021	11.407.995	(3.821.244)	159.061	(11.644.374)	307.510.460	

10. BLOQUEIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Encontram-se registrados neste grupo os depósitos por determinação judicial oriundos de processos trabalhistas e cíveis, perfazendo em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 3.938.868 (três milhões novecentos e trinta e oito mil oitocentos e sessenta e oito reais), encontram-se ainda registrados neste grupo Bloqueios Judiciais em contas correntes da entidade que em 31 de dezembro de 2023 perfaz o montante de R\$ 2.317.324 (dois milhões trezentos e dezessete mil trezentos e vinte e quatro reais).

Valores em R\$ mil

DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	2.023	2.022
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS- CIVEIS	3.818.868	2.942.239
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS- TRABALHISTAS	119.162	119.162
Sub Total ==>	3.938.030	3.061.401
BLOQUEIO JUDICIAL	2.317.324	2.183.618
Total ==>	6.255.353	5.245.019

11. COTAS DE CAPITAL

Encontram-se registrados neste grupo as cotas de capital do não circulante.

Valores em R\$ mil

COTAS DE CAPITAL	2.023	2.022
BANCO SICREDI (0911 / 24137-7)	91.456	80.665
BANCO SICREDI (0913 / 48202-1)	2.722	2.471
BANCO UNIPRIMI (19515-4)	5.570	5.112
SICOOB (4027/40013363-6)	15.914	12.517
SICOOB (4354 8497-2)	21.232	21.232
Total ==>	136.895	121.998

12. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Encontra-se registrados nesta conta os valores oriundos de convênios celebrados com entidades públicas e privadas, que em 31 de dezembro 2023 perfazem o montante de R\$ 26.368.554 (vinte e seis milhões trezentos e sessenta e oito mil quinhentos e cinquenta e quatro reais).

Valores em R\$ mil

COMPENSAÇÃO	2.023	2.022
CONV 916/2002	1.384.787	1.384.787
CONV MACE MODERNA ASS ENS	164	164
CONVENIO 776578/2012	23.783	23.783
CONVENIO 766208/2011	9.042.166	9.042.166
CEGRAN CENTRO DE ENSINO CAMPO GRAN	9.360	9.360
CONVÊNIO 798931/2013	1.000.011	1.000.011
CONVENIO 801254/2014	268.648	268.648
CONVENIO 23337/2014	20.000	20.000
COMPENSAÇÃO PIS PROC 0006788-33.2012.4.03.6000	300.829	300.829
PRECATORIO 160133466.2018.8.12.0000	1.694.790	1.694.790
CONVÊNIO 877455	44.816	44.816
CONSESP CONC RES MEDICAS	98.100	-
CONVÊNIO 801.302/2014 MINISTÉRIO DA SA	1.799.983	1.799.983
REPASSE Nº 8586062017MSCAIXA	299.460	299.460
Total ==>	15.986.898	15.888.798

BENS EM COMODATO	2.023	2.022
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - SESAU	124.400	124.400
INTO - INSTITUTO NACIONAL TRAUMATOLOGIA E OR	2.870.493	2.870.493
ESTADO MATO GROSSO DO SUL - SES	476.019	476.019
MINISTERIO SAUDE	40.187	40.187
HOSPITAL REGIONAL	30.485	30.485
ANTONIO MORAES DOS SANTOS	449.644	449.644
SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	148.000	148.000
EQUIPAMED EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	60.000	60.000
NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	27.506	27.506
LABORATORIOS B.BRAUN S.A	1.693.761	1.693.761
EXITUSMED COM PROD MEDICOS HOSPITALARE	40.100	40.100
EXPRESSA DISTREIB MEDICAMENTOS LTDA	24.481	24.481
SOUZA COM. DE PROD NUTRIC E HOSPITALARES EIRE	671.600	671.600
3M DO BRASIL LTDA	288.979	156.979
FIRST MEDICAL SERVICE LTDA	3.436.000	-
Total ==>	10.381.656	6.813.656
Total Geral ==>	26.368.554	22.702.454

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

São registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base.

Em 14 de novembro de 2019 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco SICOB Credicom no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal de 0,55%, com prazo de amortização em 84 meses.

Em 25 de setembro de 2019 a entidade optou por realizar um financiamento junto ao banco Bradesco no montante de R\$ 1.703.703,70 (um milhão setecentos e três mil setecentos e três reais e setenta centavos), a taxa de juros efetiva mensal de 0,82%, com prazo de amortização em 48 meses.

Em 25 de junho de 2021 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 162.163.000,00 (cento e sessenta e dois milhões cento e sessenta e três mil reais), a taxa de juros efetiva mensal de 2,93%, com prazo de amortização em 120 meses. Com a aquisição do mesmo foram realizadas amortizações dos empréstimos com a CEF sob o contrato de nº 07.0017.610.0000029-00 e nº 07.0017.610.0000030-35, e com o banco Daycoval sob contrato de nº 85644-6 e nº 88168-8.

Em 29 de julho de 2021 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco Daycoval no montante de R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), a taxa de juros efetiva mensal 1,37%, com prazo de amortização em 48 meses.

Em 04 de agosto de 2021 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao banco Daycoval no montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal 1,33%, com prazo de amortização em 48 meses.

Em 11 de janeiro de 2022 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao banco Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal 2,30%, com prazo de amortização em 120 meses.

Valores em R\$ mil

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CIRCULANTE				
NACIONAL	% TAXA DE JUROS	2.023	2.022	
SICOOB CREDICOM Nº 840379	1,53%	1.376.335	2.279.059	
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO		83.159	565.734	
CAIXA CTO Nº10.4314.7300.1200337	2,93%	16.216.300	32.432.600	
BANCO DAYCOVAL Nº96739-6	1,37%	869.667	1.600.000	
BANCO DAYCOVAL Nº97235-7	1,33%	2.999.900	5.999.900	
CEF CTO N 1406077		4.333.333	8.333.333	
Total ==>		25.878.695	51.210.626	

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS NÃO CIRCULANTE				
NACIONAL	% TAXA DE JUROS	2.023	2.022	
SICOOB CREDICOM Nº 840379	1,53%	3.184.160	3.590.959	
CAIXA CTO Nº10.4314.7300.1200337	2,93%	106.757.308	106.757.308	
BANCO DAYCOVAL Nº96739-6	1,21%	533.333	533.333	
BANCO DAYCOVAL Nº97235-7	1,21%	2.250.100	2.250.100	
CEF CTO N 1406077		28.333.333	28.333.332	
Total ==>		141.058.235	141.465.033	

14. FORNECEDORES

Encontram-se registrados neste grupo os fornecedores de materiais e medicamentos, próteses, prestadores de serviços, e concessionárias (água, luz, telefone).

Valores em R\$ mil

FORNECEDORES	2.023	2.022
FORNECEDOR MATERIAL / MEDICAMENTO	17.000.822	16.930.317
FORNECEDOR SERVIÇO HOSPITALAR	9.576.447	6.830.973
FORNECEDOR PROTESE	14.226.150	15.131.543
FORNECEDOR SERVIÇO	5.840.107	4.740.742
AGUA / TELEFONE / LUZ	19.030.302	18.167.001
Total ==>	65.673.828	61.800.576

15. OBRIGAÇÕES PESSOAL

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos da folha de pagamento a funcionários celetistas da Santa Casa, e provisões com férias, devidos até a data de 31 de dezembro de 2023.

Valores em R\$ mil

OBRIGAÇÕES PESSOAL	2.023	2.022
SALARIOS A PAGAR	13.160.346	10.443.861
FÉRIAS (PROVISÕES)	28.375.454	25.743.314
Total ==>	41.535.801	36.187.175

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos de impostos retidos sobre folha de pagamento, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), retenções efetuadas de prestadores de serviço, pessoas jurídicas. Encontram-se registrados também parcelamento de tributos e contribuições.

Em 2023 a entidade realizou parcelamento dos impostos junto à receita Federal do Brasil, na modalidade de parcelamento simplificado.

Valores em R\$ mil

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	2.023	2.022
FGTS	22.948.465	7.004.964
I.R.	6.098.462	11.679.980
I.S.S.	3.480.217	3.056.787
PIS, COFINS, CSLL	553.464	1.224.236
I.N.S.S.	3.329.308	12.606.602
PARCELAMENTOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	28.513.584	48.134.359
Total ==>	64.923.500	83.706.929

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Encontram-se registrados neste grupo os valores devidos a título de pessoal, indenizações (pensões vitalícias), empréstimos almoxarifado (entre hospitais), eventos e provisões a liquidar SUS (referente ANS), arrendamentos a apropriar e repasses de valores retidos de funcionários.

Valores em R\$ mil

OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.023	2.022
OUTRAS OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	767.249	951.558
INDENIZAÇÕES (PENSÕES)	429.083	348.950
EMPRESTIMO ALMOXARIFADO	2.526.979	2.477.611
EVENTOS A LIQUIDAR SUS	1.169	4.770
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	555.433	573.062
ARRENDAMENTOS	-	393.151
EVENTOS/SINISTROS LIQUIDAR SUS	-	7.605
REPASSES	1.599.345	739.639
Total ==>	5.879.258	5.496.345

18. IMPOSTOS PARCELADOS NÃO CIRCULANTE

Encontram-se registrados no passivo não circulante os parcelamentos de tributos e contribuições.

Valores em R\$ mil

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS (PARCELAMENTO NÃO CIRCULANTE)	2.023	2.022
PARCELAMENTO IMPOSTOS RFB	26.810.704	31.548.461
PARCELAMENTO IMPOSTOS PGFN	136.480.690	106.702.712
PARCELAMENTO FGTS	34.937.049	39.782.261
PARCELAMENTO ISS	2.880.010	1.221.877
PARCELAMENTO GFIP	-	7.419
Total ==>	201.108.454	179.262.729

19. PROVISÕES CONTINGENCIAIS

Conforme determina o CPC 25, que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foram constituídos levando - se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Conforme julgamento de nossos consultores jurídicos foi avaliado como Possível de perda o montante de R\$ 259.948.533 (duzentos e cinquenta e nove milhões novecentos e quarenta e oito mil e quinhentos e trinta e três reais). Deste montante R\$ 229.194.093 (duzentos e vinte e nove milhões cento e noventa e quatro mil e noventa e três reais) se tratam de ações cíveis e R\$ 30.754.440 (trinta milhões setecentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta reais) se tratam de ações trabalhistas.

Valores em R\$ mil

PROVISÕES CIVEIS/FORNECEDORES/PARCELAMENTOS	2.023	2.022
PROVISAO EVENTOS LIQUIDAR - SUS	3.260	3.260
PROVISÕES CONTINGENCIAIS CIVEIS	714.852	727.370
PROVISÕES CONTINGENCIAS TRABALHISTA	2.871.210	3.433.373
FORNECEDORES	2.806.242	2.806.242
ARRENDAMENTOS	-	164.932
OUTROS DEBITOS	3.336.478	3.032.589
Total ==>	9.732.042	10.167.765

20. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da entidade perfaz o montante de R\$ 2.371.805,40 (dois milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e cinco reais e quarenta centavos).

21. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

A reserva de reavaliação refere-se à avaliação efetuada pela entidade em 2001, e ajuste a valor recuperável em 2017, preconizado pelo CPC 27, item 31.

Valores em R\$ mil

RESERVA DE REAVALIAÇÃO	2.023	2.022
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	241.888.471	245.696.171

22. SUPERÁVIT / DÉFICIT

No ano de 2022 a entidade encerrou o período com o déficit de R\$ 103.386.469 (cento e três milhões trezentos e oitenta e seis mil quatrocentos e sessenta e nove reais).

No ano de 2023 a entidade encerrou o período com o superávit de R\$ 27.509.965 (vinte e sete milhões quinhentos e nove mil novecentos e sessenta e cinco reais).

Valores em R\$ mil

SUPERÁVIT / DÉFICIT	2.023	2.022
SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADOS	(446.404.846)	(346.826.277)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	27.509.965	(103.386.469)
Total ==>	(418.894.880)	(450.212.746)

23. ISENÇÕES

Em atendimento ao parágrafo único art. 4º Decreto 2.536 de 06/04/98 e NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS Patronal), como se devido fosse gozada durante o ano de 2023 foi de R\$ 58.059.361 (cinquenta e oito milhões cinquenta e nove mil trezentos e sessenta e nove reais).

Ainda em atendimento a NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções fiscais (IR, PIS, COFINS, CSLL, ISS), gozadas durante o ano de 2023 foi de R\$ 34.555.206 (trinta e quatro milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e seis reais).

Valores em R\$ mil

ISENÇÕES	2.023	2.022
I.R.	675.732	8.157.874
PIS / COFINS / CSLL	16.662.364	21.559.767
I.S.S.	17.217.110	18.363.797
Total ==>	34.555.206	48.081.438
I.N.S.S.	58.059.361	59.944.977
Total Geral ==>	92.614.567	108.026.415

24. GRATUIDADES

Em atendimento as exigências de prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), nos termos do artigo 20 do Decreto nº 11.791/2023, regulamenta a Lei Complementar nº 187, a entidade registrou o percentual de 88,47% (pacientes dia), atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, superior a 60% do total da capacidade contratada.

25. RECEITA SUS

A Entidade mantém contrato com o Gestor Municipal do SUS (Prefeitura Municipal de Campo Grande), para prestação de serviço médico hospitalar e atendimento aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) através do convênio nº 03-A, de 02 de junho de 2021 e seus aditivos.

Em 2023 o valor faturado referente a produção e incentivos foi de R\$ 439.377.330 (quatrocentos e trinta nove milhões trezentos e setenta e sete mil trezentos e trinta reais).

26. RECEITA PRIVADA

Registra-se neste grupo os serviços prestados para operadoras de planos de saúde, e de pacientes particulares.

Valores em R\$ mil

RECEITAS PRIVADAS	2.023	2.022
CASSEMS	11.093.988	7.309.239
FUNSERV	24.523	104.552
OPERADORA PLANOS PRIVADOS DE SAUDE SANTA CASA SAUDE	8.470.212	7.410.961
OUTROS CONVÊNIOS	3.730.471	1.499.005
PARTICULARES	9.269.431	8.944.518
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	(371.476)	(344.256)
Total ==>	32.217.149	24.924.019

27. FOLHA DE PAGAMENTO

Registra-se neste grupo os gastos com folha de pagamento de pessoal celetista, bem como médicos terceirizados e autônomos.

Valores em R\$ mil

FOLHA DE PAGAMENTO	2.023	2.022
DESPEAS COM PESSOAL	196.550.229	162.035.523
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	14.652.157	13.419.223
PROVISÕES COM PESSOAL	40.876.236	36.856.404
TERCEIROS AUTÔNOMOS	22.016.082	25.407.557
TERCEIROS PJ	68.784.658	53.803.320
Total ==>	342.879.362	291.522.027

28. SERVIÇOS DE TERCEIROS

Registra-se neste grupo os gastos com serviços prestados de auditoria externa, consultoria e serviços médicos de clínicas e laboratórios.

Valores em R\$ mil

SERVIÇOS TERCEIROS	2.023	2.022
DEPESAS COM SERVIÇOS TERCEIROS	19.376.869	12.233.336
AUDITORIA	226.214	130.897
CONSULTORIA	221.430	333.910
SEGURANÇA E VIGILANCIA	1.472	3.534
Total ==>	19.825.986	12.701.677

29. GERAIS

Registra-se neste grupo os serviços de concessionárias (Água, Energia e Telefone), devoluções de convênios e provisão para contingências cíveis.

Valores em R\$ mil

GERAIS	2.023	2.022
AGUA/LUZ/TELEFONE	9.118.563	7.700.564
GERAIS	631.054	607.177
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS/CONVENIOS	472.406	5.438.729
INDENIZAÇÕES	2.466.068	2.113.429
RESSARCIMENTO AO SUS	9.803	19.898
PROVISÕES CONTIGENCIAIS	(574.681)	(1.849.809)
PCLD CONVENIOS/GLOSAS	585.216	1.337.437
PCLD ESTOQUE OBSOLETOS	79.813	64.391
Total ==>	12.788.242	15.431.815

30. ESTOQUE

Registra-se neste grupo os gastos com consumo de matérias e medicamentos, prótese, usados no atendimento aos pacientes do hospital.

Valores em R\$ mil

ESTOQUE	2.023	2.022
MATERIAS E MEDICAMENTOS	55.459.901	52.951.085
PROTESES	21.192.200	18.699.690
DESPESAS DE CONSUMO	11.488.551	10.524.478
DEPESAS GERAIS	8.595.174	7.902.945
INVENTÁRIO	82.974	905.751
Total ==>	96.818.800	90.983.949

31. RECEITAS DIVERSAS

Registra-se neste grupo as receitas oriundas de convênios federais, estaduais e municipais, os descontos obtidos de fornecedores, juros e atualização monetária recebidas de clientes, recuperação de despesas, como desconto em folha de pagamento.

Conforme determina a NBC TG 18, em 2022 foi reconhecido a Título de Receita de Equivalência Patrimonial, referente a participação de 99% do capital social da empresa Operadora de Planos Privados de Saúde – Santa Casa Saúde LTDA, CNPJ 20.918.393/0001-24. A empresa em 2022 auferiu no seu resultado lucro no valor de R\$ 96.498 (noventa e seis mil quatrocentos e noventa e oito reais).

Valores em R\$ mil

RECEITAS DIVERSAS	2.023	2.022
DESCONTOS OBTIDOS	147.266	1.259.753
RECEITA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	96.498
JUROS / ATUALIZAÇÃO MONETARIA	1.350.147	1.745.826
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.462.062	1.320.568
Total ==>	2.959.475	4.422.645

32. DESPESAS FINANCEIRAS

Registra-se neste grupo os gastos com juros de empréstimos contraídos pela Entidade, multas pagas, os encargos com tributos da Receita Federal e despesas bancárias adquiridas.

Encontram-se registrados também as atualizações monetárias e os descontos concedidos aos clientes da entidade.

Foram realizados parcelamentos e reparcelamentos, gerando assim uma redução considerável em suas despesas com juros, multas e encargos, por conta de uma proposta da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente a créditos inscritos na dívida ativa da união, onde obtivemos uma isenção de 35% sobre o valor de cada inscrição objeto da negociação.

Valores em R\$ mil

DESPESAS FINANCEIRAS	2.023	2.022
DESCONTOS CONCEDIDOS	67.654	14.886
COMISSÕES E DESPESAS BANCÁRIAS	30.784	333.826
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	243.618	5.360
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS (BANCARIOS/FORNECEDORES)	32.372.997	33.524.346
MULTAS/TAXAS PAGAS OU INCORRIDAS	86.147	81.345
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS (RFB/PGFN)	4.067.471	7.575.116
MULTAS/TAXAS PAGAS OU INCORRIDAS (RFB/PGFN)	9.632.310	8.675.001
ENCARGOS (RFB/PGFN)	-	19.271.886
Total ==>	46.500.981	69.481.767

33. DOAÇÕES/CURSOS/CONV. ESCOLAS

A entidade recebeu no ano de 2023 doações de pessoas físicas e jurídicas o correspondente ao valor total de R\$ 4.925.488 (quatro milhões novecentos e vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta e oito reais).

A entidade recebeu o valor de R\$ 1.940.116 (um milhão novecentos e quarenta mil seiscentos e cento e dezesseis reais) referentes a convênios estabelecidos com entidades de ensino.

Houve entrada de recursos através do setor de organização e eventos no montante de R\$ 349.577 (trezentos e quarenta e nove mil quinhentos e setenta e sete reais).

Valores em R\$ mil

DOAÇÕES/CURSOS/CONV. ESCOLAS	2.023	2.022
CONVENIO ESCOLAS	1.940.116	2.891.617
DOAÇÕES	4.793.488	3.557.545
CURSOS TREINAMENTOS GEPEC	147.019	187.711
ORGANIZAÇÃO EVENTOS	349.577	6.754.624
Total ==>	7.230.199	13.391.498

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros para os equipamentos e estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feitos por consultores.

Valores em R\$ mil

SEGUROS	VIGÊNCIA	COBERTURAS	R\$ APÓLICE
CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES	29/10/2023 à 29/10/2024		100.000.000
VEÍCULO SPIN ADVAANTAGE 1.8 Ano 2017/18	24/09/2023 à 24/09/2024	100% V.R (FIPE)	320.000
PRÉDIO EDUARDO SANTOS PEREIRA	17/11/2023 à 17/11/2024	Incendio , IDT, F	40.000.000
ALUNOS E PROFESSORES	16/03/2023 à 20/04/2023		1.200.000
ALUNOS E PROFESSORES	28/07/2023 à 30/08/2023		1.200.000
ALUNOS E PROFESSORES	16/10/2023 à 21/11/2023		1.200.000
Total ==>			143.920.000

35. AJUSTES POR MUDANÇA NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as demonstrações contábeis estão apresentadas e foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme previsto na legislação, normas e interpretações técnicas vigentes, as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

36. REVERSÃO JUROS/MULTAS/ENCARGOS PARCELAMENTO PGFN

Em 2023 a instituição realizou parcelamentos junto a Receita Federal e PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional). Foi publicado através do edital PGDAU nº 2, de 17 de janeiro de 2023, que tornou pública uma proposta da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para transação por adesão, nos termos da lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da portaria da PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, de créditos inscritos em dívida ativa da união.

Em conformidade com o princípio de competência, a Santa Casa tem registrado em conta de resultado de sua contabilidade os juros, multas e encargos decorrentes de impostos em atraso ao longo dos exercícios anteriores.

A adesão ao parcelamento, conforme descrito no art. 6º do edital PGDAU nº 2, resultou em uma redução de 35% sobre o valor total de cada inscrição objeto da negociação, abrangendo os juros, multas e encargos. Dessa forma, foi realizada uma reversão no montante de R\$ 64.788.923 (sessenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e vinte e três reais).

Campo Grande, MS, 31 de dezembro de 2023

ALIR TERRA LIMA
Presidente
CPF 357.217.311-68

JOÃO NELSON LYRIO
Dir. de Finanças
CPF 003.601.471-00

RINALDO HAKME ROMANO
Dir. Administração e Finanças
CRC-MS 10205/O-4
CNAI 7813
CPF 554.307.591-04

LEONARDO JORDÃO DE ARAUJO
Contador
CRC-MS 13860/O-2
CPF 012.416.601-66

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **ABCG**, reuniu-se na sala do colegiado, localizada no prédio de apoio administrativo Eduardo Santos Pereira, sito a Rua Rui Barbosa s/nº, nesta capital, com o objetivo de analisar as demonstrações contábeis da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, que compreende o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023 e parecer da Auditoria Externa, deliberou, por reconhecer, após, considerar as notas explicativas integrantes das demonstrações contábeis, a ressalva e ênfase descritas no Parecer dos Auditores Independentes, que as mesmas estão em condições de serem submetidas a apreciação da Assembleia Geral Ordinária, sugerindo aprovação.

Antônio Urban Filho
Conselheiro Fiscal Titular
Presidente

Edson Alceu Lazaroto
Conselheiro Fiscal Titular
Secretário

Valdir José Dall'Angol Zanin
Conselheiro Fiscal Titular

PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À

Presidente, Conselheiros e Diretores da
Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande
Campo Grande – MS

Opinião Com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.276.524/0001-06, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião Com Ressalva

- a) A Santa Casa adota como prática o empréstimo (concedido e recebido) de medicamentos entre as unidades de saúde de Campo Grande, para atender as urgências e emergências, conforme consta nas contas contábeis sob o código: 1.2.7.1.1.9.01.2.02.0001 – Empréstimo Concedido, no valor de R\$ 2.133.070,88 (dois milhões, cento e trinta e três mil, setenta reais e oitenta e oito centavos) e 2.1.7.1.1.9.01.8.01.0001 – Empréstimo Recebido, no valor de R\$ 2.526.978,58 (dois milhões, quinhentos e vinte seis mil, novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) em 31/12/2023; utiliza o sistema SOULMV para dar as entradas, saídas e baixas, inclusive nas trocas de medicamentos, a fim de ter o controle real dos saldos entre essas unidades de saúde com a Santa Casa. O sistema SOULMV deve ser ajustado e submetido a uma depuração nas referidas contas apontadas, tendo em vista não ter sido possível a auditoria validar os saldos contabilizados nessas duas contas em 31.12.2023.

ÊNFASE

Sem alterar a nossa opinião, chamamos a atenção para o seguinte assunto:

A Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande realizou, no exercício de 2023, a adesão a parcelamentos junto à PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com redução de multas e juros no prazo máximo de 145 meses. Isso se refere aos impostos retidos da folha de pagamento, impostos retidos de pessoas jurídicas, PIS, COFINS, o que resultou na redução do montante de R\$ 64.788.923,18 (sessenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e vinte e três reais e dezoito centavos). Este valor foi contabilizado no grupo de despesa, na conta contábil 4.4.2.1.1.9.01.9.06.0027 - Reversão de Impostos (juros e multas). Alertamos para o fato de que, caso os parcelamentos aderidos em 2023, supramencionados, não sejam honrados rigorosamente em dia, todos os benefícios gozados em 2023 deverão ser revertidos e acrescidos de multas e juros.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas

Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas previstas nestas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos nesta auditoria do exercício corrente de 2023. Esses assuntos foram tratados no contexto desta auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis e financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Ministério da Saúde e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, salvo se a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, bem como emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectem as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Principais comentários

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou, quando em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 26 de abril de 2023 com ressalva.

Campo Grande-MS, 29 de abril de 2024.

Responsável Técnico

 Assinado de forma digital por ODÁCIO PEREIRA MOREIRA:19972792153

ODÁCIO PEREIRA MOREIRA
Contador CRC/MS 002731/O-7
CVM N° 977-6 – CNAI N° 435
(assinado por certificação digital)

 Assinado de forma digital por RICARDO FIRMINO MOREIRA PILEGI:70626375134

RICARDO FIRMINO MOREIRA PILEGI
Contador CRC/MS 011255/O-0
CNAI N° 7640
(assinado por certificação digital)

 Assinado de forma digital por LEANDRO SALAZAR DE PAUDA:03402415194

LEANDRO SALAZAR DE PAUDA
Contador CRC/MS 014526/O-9
Administrador CRA/MS 7567
(assinado por certificação digital)

 Assinado de forma digital por ODÁCIO PEREIRA MOREIRA:19972792153

AUPERCON AUDITORIA, PERÍCIA E CONSULTORIA S/S.
CRC/MS 00560/O-6
CNPJ 13.256.754/0001-59
(assinado por certificação digital)